N.º 979 – VII
P.º 50.04.01

Intervenção
Sessão Evocativa do 25 de Abril

Senhor Presidente da Assembleia
Senhor Presidente e Membros do Governo
Senhoras e Senhores Deputados
Exmºs Convidados

Não é hábito desta Assembleia Legislativa Regional comemorar o 25 de Abril, em sessão especial.

Como é natural, as comemorações oficiais neste Parlamento Regional têm estado mais voltadas para as questões da Autonomia.

Aliás, não podemos deixar de ter presente que a Autonomia, que é sinónimo de Democracia e Liberdade, só foi possível graças à revolta militar do 25 de Abril de 1974 que depôs o Regime autoritário, centralista e anti-democrático que dominava o país.

Ao comemorar o trigésimo aniversário do 25 de Abril importa, desde logo, apelar para a necessidade de ter presente que a Liberdade e a Democracia são bens demasiado preciosos que por quase 50 anos consecutivos não estiveram disponíveis no nosso país e que ainda hoje escasseiam para a maioria da humanidade.

Parte significativa da população, os que têm menos de 48 anos, habituaram-se, como cidadãos adultos, a viver sempre em Democracia, acabando muitas vezes por não dar o devido valor à rotina da prática democrática, nomeadamente no que diz respeito aos actos eleitorais e à participação cívica que lhe está inerente.

Esta referência é tanto mais oportuna quanto nos aproximamos de duas eleições e nem sempre se nota o empenho e a consciência cívica de largos estratos da população para uma activa participação nestes momentos cruciais da nossa vida colectiva e democrática.

Quando ouvimos jovens, com 20 e 30 anos, fazerem ponto de honra no facto de não votarem, nem tão pouco estarem recenseados, alegando, com tom pretensamente intelectual, que não o farão, faz-nos lembrar o velho argumento dos teóricos do regime anterior de que a nossa população não estaria preparada para viver em democracia e consequentemente assumir os seus próprios destinos.

Pelo contrário, esta geração de jovens, nascidos e criados na Democracia, para quem a liberdade é natural, devem pugnar para que possam passar à geração seguinte uma democracia que tenha cada vez mais sentido e seja efectiva para todos.

Não podemos descansar ou achar que tudo está garantido, pois há trinta anos nem tudo foi fácil.

Desde logo, ao comemorar o 25 de Abril, impõe-se homenagear os militares revoltosos que derrubaram um regime caduco e autoritário.

Apesar de motivados por sucessivos revezes nas frentes de batalha, sobretudo na Guiné e no Norte de Moçambique, e por insatisfações de carácter corporativo, um importante segmento das Forças Armadas percebeu que, uma vez derrubado o regime, a aderência dos portugueses ao Golpe Militar seria esmagadora. Foi isso que aconteceu para sucesso da revolução e bem de todos nós.

Após o 25 de Abril viveram-se tempos de natural euforia e de preocupantes exageros, com a turbulência própria de uma "Revolução", que apesar de feita com as armas teve o grande mérito de praticamente não as utilizar.

Por isso celebramos com satisfação e entusiasmo os 30 anos do primeiro e decisivo passo de Portugal rumo à Democracia.

Passos difíceis e hesitantes mas que valeram a pena, sobretudo quando em 25 de Novembro de 1975, uma parte significativa deste militares que continuavam fieis ao verdadeiro espírito de Abril e as forças políticas democráticas, nomeadamente o PSD, o PS e o CDS, consolidaram definitivamente o caminho da Democracia e da Liberdade para o nosso país, evitando que Portugal voltasse a uma ditadura de sentido contrário, sob a égide da extrema esquerda e da esquerda totalitária.

Agora, à distância de 30 anos, será imperioso que a história de Portugal possa traduzir com rigor e profundidade este período transitório da nossa democracia, que vai do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975, e os riscos que o país sofreu, mais do que não seja para que nunca se repita e jamais se volte a perseguir os Partidos Políticos que não se reclamavam do socialismo nem defendiam as teses comunistas da apropriação colectiva dos meios de produção.

Democratas Cristãos, Liberais e Conservadores foram impedidos de se reunirem, a Assembleia da República foi cercada e os Deputados Constituintes molestados.

Felizmente que, com a consolidação democrática do 25 de Novembro, os Gonçalves, os Otelos e os Almirantes vermelhos começaram a regressar aos quartéis, o poder foi efectivamente devolvido ao povo e o país pôde trilhar a via democrática e a senda do progresso, no concerto das nações europeias e ocidentais.

Lembro aqui o malogrado Adelino Amaro da Costa que com a sua reconhecida lucidez democrática dizia e cito "... em 25 de Abril de 1974 findava a II Republica, a de um regime mais interessado na autoridade que no povo, mais zeloso do estado que da sociedade, mais proprietário da história que servidor da nação. Começou a III República mas, apesar disso, 1974 marca mais um fim do que um princípio, pois não conseguiu ser um inicio adulto de um novo regime. Ficará na história como um regime intercalar, onde alguns tentaram tomar como definitivo o que em democracia sempre será transitório".

Senhor Presidente e Senhores Deputados
Ao reflectirmos sobre o 25 de Abril é imperiosos também ter presente a necessidade do nosso país se reafirmar cada vez mais no plano internacional como nação livre e democrático no sentido de ajudar a proporcionar que todos os povos tenham o direito de atingir aquilo que já conseguimos há trinta anos.

A democracia é um valor de todos e para todos, sem restrições geográficas ou étnicas.

Por isso é nosso dever democrático congratularmo-nos com o alargamento da Europa, que terá lugar já no próximo dia 1 de Maio, altura em que os países de Leste que viveram sob o jugo da ditadura, uma vez libertados, estão prestes a conquistar algo que a democracia portuguesa também nos permitiu, a integração europeia.

Senhor Presidente e Senhores Deputados

Invocar a Democracia e a Autonomia que lhe está directamente associada é recordar também que estes princípios e valores supremos não consentem donos, não toleram instrumentalizações nem devem admitir exclusões.

Há muito ainda que aperfeiçoar e impõe-se vencer e ultrapassar alguns mitos que perduraram e que se encontram totalmente desajustados da realidade.

Importa ultrapassar o Culto do igualitarismo que insiste em tratar de forma igual o que é diferente.

Importa combater a teoria da mediocridade que impede a distinção pelo mérito e acaba por nivelar tudo por baixo.

Importa dotar os poderes públicos dos instrumentos e das políticas necessárias para ultrapassar os principais desafios da sociedade de hoje, entre os quais se contam os problemas sociais, nomeadamente no que respeita aos mais frágeis, aos mais velhos, aos reformados e pensionistas.

Senhor Presidente e Senhores Deputados

Para nós Açorianos comemorar o 25 de Abril, e a democracia que lhe sucedeu, é sobretudo reviver esta aliciante experiência de auto – Governo que veio confirmar os méritos da solução Autonómica.

Com a mesma determinação com que devemos enaltecer as enormes vitórias e êxitos alcançados com a Autonomia, é também saudável e indispensável repensar, sem complexos, os erros entretanto cometidos e alguma incapacidade para aproveitar da melhor forma os abundantes meios postos à nossa disposição.

Se é indiscutível que em matéria de infraestruturas o progresso atingido foi extraordinário, já no que respeita aos sectores produtivos tradicionais os resultados são preocupantes e impeditivos dum mais acentuado desenvolvimento da Região

Se é verdade que a liberdade e a democracia estão na origem da nossa Autonomia, também não é menos certo que não haverá verdadeira Autonomia Política se não tivermos uma base económica sólida geradora de uma adequada autonomia financeira.

Muito há a fazer e a mudar para que os Açores tomem a direcção acertada.

Por outro lado, o actual modelo de desenvolvimento tem excluído, de forma preocupante, segmentos crescentes da nossa sociedade cuja integração plena no progresso tem de ser feita através do sistema produtivo, com o apoio de justas e equilibradas medidas de valorização e recuperação social.

Nesta matéria muito há a fazer e a mudar para que os Açores tomem a direcção acertada.

A melhor defesa da Autonomia e a melhor forma de a consolidar, é através de uma governação eficaz, próxima das populações, que proporcione uma correcta aplicação dos meios disponíveis em função das reais necessidades das comunidades, em obediência a uma adequada política de prioridades e com verdadeiro sentido de justiça, sem descriminações, sem retaliações e sem pressões ilegítimas sobre pessoas ou instituições.

Também neste domínio muito há a fazer e a mudar para que os Açores tomem a direcção acertada.

Mas a construção da actual Autonomia democrática dos Açores, tem sido uma caminhada gradual e progressivo para a qual todos têm contribuído ao longo destes trinta anos.

Ainda hoje decorre na Assembleia da República a fase final de mais um processo de Revisão Constitucional em que a Coligação PSD/CDS-PP e o PS estão negociando importantes alterações no capítulo das Autonomias, que poderão constituir decisivos contributos para o futuro da nossa Região.

Acreditamos, por isso, que, já na próxima Legislatura, haverá oportunidade, com novos protagonistas e com novas políticas, de fazer as mudanças necessárias no sentido de aperfeiçoar ainda mais o nosso modelo Autonómico.

Pela parte do Partido Popular – Açores, continuamos determinados na preparação de um projecto de mudança, que vá ao encontro dos desejos da maioria dos açorianos e que responda ao grande desafio da Democracia e da Autonomia - fazer mais e melhor com os mesmos recursos.

Horta, Sala das Sessões, 22 de Abril de 2004

O Presidente do Grupo Parlamentar,

Alvarino Pinheiro